política

Anunciada troca de general indicado para Infraestrutura

Siqueira não pôde assumir a secretaria por questões pessoais

/ TRANSIÇÃO NO PIRATINI

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

O governador eleito do Rio Grande do Sul, Luciano Zucco (PL), anunciou nesta quarta-feira a primeira mudança no futuro secretariado.

O general Rogério Siqueira, indicado para a Secretaria de Obras, Logística e Infraestrutura, não assumirá mais a pasta, que será comandada pelo ex-secretário do governo Yeda Crusius (2007-2010), Daniel de Moraes Andrade.

MATEUS RAUGUST/DIVULGAÇÃO/JC



Daniel de Moraes Andrade foi secretário do governo Yeda Crusius

Conforme Zucco, o general Siqueira não pôde assumir a secretaria porque sua esposa está com problemas de saúde. Porém, o governador eleito não descartou a possibilidade de o general integrar o governo no futuro, após resolvidas as questões familiares.

Daniel de Moraes Andrade é engenheiro civil, empresário, e conselheiro da administração pelo IBGC. Também foi chefe de planejamento da Trensurb e secretário de Infraestrutura durante o governo de Yeda Crusius.

O anúncio foi feito durante a entrevista coletiva concedida antes da tradicional reunião-almoço Tá na Mesa, na sede da Federasul.

Jornal do Comércio recebe homenagem da Federasul

/ HOMENAGEM

O presidente do **Jornal do Comércio**, Giovanni Jarros Tumelero, recebeu uma homenagem ontem da Federasul, durante reunião-almoço Tá na Mesa, em razão de o JC ser um dos parceiros e patrocinadores de projetos desenvolvidos pela Federação ao longo de 2026. Além do Jornal do Comércio, outras 33 entidades foram homenageadas. A honraria foi entregue antes de um painel apresentado pelo governador eleito do Rio Grande do Sul, Luciano Zucco (PL). No evento, o presidente do JC cumprimentou o futuro chefe do Executivo gaúcho.

RS abre licitações para centros regionais contra desastres

/ GOVERNO DO ESTADO

O governo do Estado iniciou, nesta quarta-feira, o calendário de licitações para a construção de seis Centros Regionais de Gestão Integrada de Riscos e Desastres. As estruturas vão fortalecer a capacidade de prevenção, preparação e resposta a eventos meteorológicos extremos no Rio Grande do Sul, ampliando a atuação regional da Defesa Civil estadual. As primeiras unidades a serem licitadas serão implantadas em Lajeado, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Caxias do Sul.

As licitações estão sendo realizadas na modalidade concorrência eletrônica. A primeira sessão, que ocorreu na quarta, é destinada à contratação da obra de Lajeado. Nesta quinta-feira, será a vez de Santa Maria. A concorrência para Pelotas está prevista para 15 de dezembro. Já os procedimentos para as unidades de Passo Fundo, Santo Ângelo e Caxias do Sul ocorrerão no início de 2027, respectivamente nos dias 8, 11 e 13 de janeiro.

Os processos licitatórios têm como objetivo contratar empresas especializadas para executar as obras. Seguindo o regime de contratação integrada, os contratos incluirão também a elaboração dos projetos, o fornecimento de mobiliário e equipamentos, a instalação de tecnologias da informação e comunicação, além da construção e homologação de um heliponto em cada unidade.

A preparação das licitações envolveu diversas etapas, entre elas a elaboração dos anteprojetos e a publicação dos editais. O investimento estimado por centro varia de R$ 25 milhões a R$ 29 milhões. O prazo de execução de cada obra é de oito meses.

As seis unidades integram um planejamento estadual que prevê a implantação de nove centros regionais. Além dos municípios com licitações agendadas, estão previstas estruturas em Frederico Westphalen, Tramandaí e Uruguaiana.

Em Frederico Westphalen, os recursos necessários para a contratação já foram autorizados, e o edital deve ser publicado em breve. Nos casos de Tramandaí e Uruguaiana, são aguardados trâmites na Central de Licitações (Celic) e a aprovação de recursos pelo Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

Os centros regionais serão responsáveis por coordenar as ações integradas de proteção e defesa civil em suas áreas de abrangência e prestar apoio técnico aos municípios. Com a descentralização das operações, a estrutura de gestão de riscos e desastres ficará mais próxima das diferentes regiões do Estado, favorecendo a articulação com as prefeituras e a mobilização de equipes e recursos. A expectativa é reduzir o tempo de resposta a situações de emergência e fortalecer a resiliência dos municípios atendidos.

CPI das Emendas é instalada no Legislativo da Capital

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Emendas da Saúde foi instalada ontem na Câmara Municipal de Porto Alegre. A reunião, realizada no Salão Adel Carvalho, contou com a presença dos 12 integrantes e definiu o vereador Carlo Carotenuto (Republicanos) como vice-presidente e a vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB) como relatora da comissão. O presidente, Ramiro Rosário (Novo), propôs a CPI para investigar possíveis irregularidades nos repasses de emendas à Secretaria Municipal de Saúde entre 2024 e 2026.

O requerimento de abertura da CPI foi apresentado dias após a Operação Cinesia ser deflagrada pelo Ministério Público do RS (MPRS), que investiga suspeitas de desvio de mais de R$ 2 milhões em recursos destinados à área da saúde. A operação levou à prisão preventiva do vereador Giovane Byl (Podemos), em 18 de setembro, além de outras pessoas investigadas por suposto envolvimento no esquema.

O escopo da CPI, porém, é mais amplo do que a investigação do MPRS. Os vereadores pretendem examinar todos os repasses realizados entre 2024 e 2026. Entre os pontos que serão investigados estão os procedimentos de estabelecimento das parcerias com as entidades, a liberação dos valores, a fiscalização da execução dos projetos e a análise das prestações de contas.

Além disso, a comissão vai apurar os termos de fomento firmados com a Inovatech RS, empresa que recebeu os valores das emendas investigadas pela operação do MPRS, e os fluxos de recebimento dos recursos. A CPI também pretende propor modificações ao Executivo para aprimorar a transparência e a fiscalização das emendas impositivas e dos termos de fomento da área da Saúde.

O presidente Ramiro Rosário destacou que o principal objetivo é evitar que novos desvios aconteçam. "Trataremos as investigações com muita transparência e buscaremos toda a celeridade possível para que a gente consiga ter nesse período de 120 dias uma investigação a fundo não apenas das emendas que são alvos da Operação Cinesia do Ministério Público, mas sim de todo o fluxo que se dá dentro da Secretaria e do Fundo Municipal de Saúde com relação ao recebimento das emendas e também à distribuição delas para as entidades, não apenas em relação a Inovatech RS, envolvida na investigação", afirmou.

Apesar de uma eleição tranquila para a vice-presidência da CPI com a candidatura única de Carotenuto, a indicação para relatoria causou discordância entre oposição e base do governo. A oposição apresentou o vereador Aldacir Oliboni (PT) para o cargo e a vereadora Tanise Sabino (MDB) também colocou seu nome à disposição. Ambos integram a Comissão de Saúde da Câmara.

A indicação da emedebista gerou discordância por parte da oposição, que apresentou a necessidade de pluralidade na composição da CPI. A líder da oposição, Karen Santos (PSOL), relembrou que a requisição de abertura da CPI foi construída com uma articulação entre esquerda e direita. O próprio vereador Ramiro reconheceu a colocação da vereadora e votou a favor de Oliboni para a relatoria. A vereadora Tanise Sabino afirmou que, mesmo sendo do mesmo partido do prefeito Sebastião Melo, irá trabalhar em prol da justiça nas investigações.

A próxima reunião da comissão acontece na segunda-feira. Na ocasião, os parlamentares devem definir o cronograma de atividades junto à relatora. O grupo irá se reunir todas as segundas-feiras no turno da manhã. O prazo inicial para os trabalhos da CPI é de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais 60 dias.

EDERSON NUNES/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC



Comissão, presidida por Ramiro Rosário, formalizou início das atividades